



TERMO DE REFERÊNCIA

03
A

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais para uso nas refeições dos alunos da rede municipal de Campestre.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente solicitação tem como justificativa dar plenas condições para o funcionamento das Escolas geridas pela Secretaria Municipal de Educação de Campestre/AL.

3. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. A modalidade deste processo ocorrerá por pregão eletrônico, de acordo com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência.

3.2. A empresa declarada vencedora deverá apresentar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas o catálogo e/ou manual técnico dos produtos ofertados. Caso não seja apresentado ou não tenha a aceitação técnica por parte da CONTRATANTE, será convocado a empresa que ficou em segundo lugar na disputa de preços e qualidade e assim sucessivamente.

3.3. A empresa vencedora deverá apresentar a amostra do produto ganho em até 3 (Três) dias úteis, conforme a descrito neste termo de referência, após o processo de disputa de preços, na Secretaria de Educação do Município de Campestre/AL, caso o produto não seja disponibilizado ou não tenha a aceitação técnica por parte da CONTRATANTE, será convocado a empresa que ficou em segundo lugar na disputa de preços e qualidade e assim sucessivamente.

3.4. As amostras serão avaliadas pela equipe técnica designada pela Secretária Municipal de Educação.

3.5. As amostras disponibilizadas serão manuseadas e testadas, em caso de deformação ou quaisquer danos que venha sofrer, a equipe técnica ou CONTRATANTE, não se responsabilizará por ressarcimento.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES

4.1. As especificações e quantidades estimadas:

| LOTE 1 | | | | | |
|--------|----------------|----------------|--------------------------|--------|----------------|
| ITEM | QUANT. DE KITS | Nº REFERÊNCIAL | OBJETOS QUE COMPÕE O KIT | MEDIDA | QUANT. POR KIT |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua do Comércio, s/n | Centro | CEP 57.968-000 | CNPJ nº 30.711.612/0001-53

| | | | | | |
|---|------|-----|-------------------------|----|---|
| 1 | 3000 | 1.1 | Bandeja plástica | Un | 1 |
| | | 1.2 | Copo plástico | Un | 1 |
| | | 1.3 | Caneca plástica | Un | 1 |
| | | 1.4 | Cumbuca plástica | Un | 1 |
| | | 1.5 | Colher plástica | Un | 1 |
| | | 1.6 | Garfo plástico especial | Un | 1 |
| | | 1.7 | Faca plástica | Un | 1 |
| | | 1.8 | Prato plástico | Un | 1 |

4.2 Descritivo Referencial:

04 Folhas(s)

| Nº REFERÊNCIAL | DESCRIÇÃO DOS OBJETOS QUE COMPÕE O KIT |
|----------------|---|
| 1.1 | Bandeja plástica, medindo 330x390 mm, produzida com polipropileno virgem, atóxico, resistente a 100 C° com cinco divisórias para acondicionar os utensílios de alimentação. Modelo deverá conter o nome do Município cravado em Alto Relevo, como forma de personalização. |
| 1.2 | Copo plástico, Copo plástico, produzida com polipropileno virgem, atóxico. Modelo liso nas partes internas e externas (sem friso), empilhável, com altura de 100 mm, espessura de 2 mm, com capacidade para 300ml, resistente 100°C, por 20 minutos. Modelo deverá conter o nome do Município cravado em Alto Relevo, como forma de personalização. Para garantir a qualidade do produto e as características solicitadas, deverá ser apresentado junto com a toda documentação e proposta, laudo em nome do fabricante para garantir sua certificação e qualidade do produto: Laudo de ensaio de verificação de resistência térmica baseado na ABNT NBR 7231; Laudo de ensaio de migração total, migração específica de metais e outros elementos baseado na Resolução nº 51 e 52 de 2010 publicada pela ANVISA; |
| 1.3 | Caneca plástica, produzida com polipropileno virgem, atóxico. Modelo liso nas partes internas e externas, (sem friso), empilhável. Com pigmentação homogênea em todas as peças, acabamento brilhante, resistente a temperatura de 100C°, por 20 minutos. Medidas: altura 86mm diâmetro externo 83mm, diâmetro interno 77mm. espessura da boca 3,0mm, altura da alça 52mm, largura 15mm, graduada de 50 a 200ml, com capacidade para 300ml. Modelo deverá conter o nome do Município cravado em Alto Relevo, como forma de personalização. Para garantir a qualidade do produto e as características solicitadas, deverá ser apresentado junto com a toda documentação e proposta, laudo em nome do fabricante para garantir sua certificação e qualidade do produto: Laudo de ensaio de verificação de resistência térmica baseado na ABNT NBR 7231; Laudo de ensaio de migração total, migração específica de metais e outros elementos baseado na Resolução nº 51 e 52 de 2010 publicada pela ANVISA; |



| | |
|-----|--|
| 1.4 | Cumbuca plástica, produzida com polipropileno virgem, atóxico. Modelo liso nas partes internas e externas (sem friso), empilhável. Com pigmentação homogênea em todas as peças, acabamento brilhante, resistente a temperatura de 100C°, por 20 minutos. Medidas: altura 51 mm, espessura 2,5mm, diâmetro de boca 109 mm, diâmetro da base 70 mm, largura da aba 11,5mm., com capacidade para 350 ml. Modelo deverá conter o nome do Município cravado em Alto Relevo, como forma de personalização. Para garantir a qualidade do produto e as características solicitadas, deverá ser apresentado junto com a toda documentação e proposta, laudo em nome do fabricante para garantir sua certificação e qualidade do produto: Laudo de ensaio de verificação de resistência térmica baseado na ABNT NBR 7231; Laudo de ensaio de migração total, migração específica de metais e outros elementos baseado na Resolução nº 51 e 52 de 2010 publicada pela ANVISA; |
| 1.5 | Colher plástica especial, comprimento total 169 mm, comprimento da concha 45mm, largura da concha 36 mm, espessura da concha 2,5 mm, comprimento do cabo 120 mm, espessura do cabo 5, mm, com capacidade para 10 ml. produzida com polipropileno virgem, atóxico, resistente a 100C°, por 20 minutos. Para garantir a qualidade do produto e as características solicitadas, deverá ser apresentado junto com a toda documentação e proposta, laudo em nome do fabricante para garantir sua certificação e qualidade do produto: Laudo de ensaio de verificação de resistência térmica baseado na ABNT NBR 7231; Laudo de ensaio de migração total, migração específica de metais e outros elementos baseado na Resolução nº 51 e 52 de 2010 publicada pela ANVISA; |
| 1.6 | Garfo plástico especial, comprimento total 197 mm, com 4 dentes, cabo 130mm, espessura do cabo 5,8 mm Produzida com polipropileno virgem, atóxico, resistente a 100C°, por 20 minutos. Para garantir a qualidade do produto e as características solicitadas, deverá ser apresentado junto com a toda documentação e proposta, laudo em nome do fabricante para garantir sua certificação e qualidade do produto: Laudo de ensaio de verificação de resistência térmica baseado na ABNT NBR 7231; Laudo de ensaio de migração total, migração específica de metais e outros elementos baseado na Resolução nº 51 e 52 de 2010 publicada pela ANVISA; |
| 1.7 | Faca plástica especial, comprimento total 197 mm, espessura do cabo 5,8 mm, produzida com polipropileno virgem, atóxico, resistente a 100C°, por 20 minutos. Para garantir a qualidade do produto e as características solicitadas, deverá ser apresentado junto com a toda documentação e proposta, laudo em nome do fabricante para garantir sua certificação e qualidade do produto: Laudo de ensaio de verificação de resistência térmica baseado na ABNT NBR 7231; Laudo de ensaio de migração total, migração específica de metais e outros elementos baseado na Resolução nº 51 e 52 de 2010 publicada pela ANVISA; |



A 06

| | |
|-----|---|
| 1.8 | Prato plástico, produzido com polipropileno virgem atóxico. Modelo liso nas partes internas externa (sem frisos), com formato interno arredondado, largura da aba 14,5 diâmetro interno da boca 200mm., diâmetro externo 229mm., altura 30,0 empilhável. Espessura de 2,3mm, com capacidade para 600ml, pigmentação homogênea em toda a peça, acabamento brilhante, resistência a temperatura 100° por 20 minutos. Modelo deverá conter o nome do Município cravado em Alto Relevo, como forma de personalização. Para garantir a qualidade do produto e as características solicitadas, deverá ser apresentado junto com a toda documentação e proposta, laudo em nome do fabricante para garantir sua certificação e qualidade do produto: Laudo de ensaio de verificação de resistência térmica baseado na ABNT NBR 7231; Laudo de ensaio de migração total, migração específica de metais e outros elementos baseado na Resolução nº 51 e 52 de 2010 publicada pela ANVISA; |
|-----|---|

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campestre /AL participante da Ata de Registro de Preços.

5.2. Quando da contratação, para fazer face à despesa, será emitida Declaração do Ordenador da Despesa de que a mesma tem adequação orçamentária e financeira com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhada da Nota de Empenho expedida pelo setor contábil da Secretaria Municipal de Educação.

6. DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Sempre que julgar necessário a Secretaria Municipal de Educação solicitará, durante a vigência da ARP, as aquisições dos itens registrados nas quantidades necessárias, de forma parcelada.

6.2. A Contratada deverá fornecer os itens de acordo com a solicitação da Contratante, através de ordens de fornecimento, consubstanciadas em ofícios, que deverão conter data de expedição, quantidade pretendida, local e prazo para entrega, preços unitário e total, carimbo e assinatura do responsável pela requisição.

6.3. O prazo previsto para entrega dos itens deverá ser de até 07 (sete) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento (via e-mail ou correios) ou retirado na sede da Contratante;



- 6.4. A licitante vencedora deverá comunicar, por escrito, a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento da entrega, tão logo esta seja verificada, o prazo para entrega poderá ser prorrogável por igual período;
- 6.5. Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pela Secretaria Municipal de Educação, sendo recebidos/conferidos pelo fiscal contratual, nos horários de expediente;
- 6.6. Os endereços elencados no item 6.5 serão no território do Município de Campestre /AL.
- 6.7. Fica a cargo do fornecedor ou transportador por ele contratado a descarga e movimentação do equipamento ou material do veículo até o local designado pelo servidor responsável pelo recebimento.
- 6.8. Os produtos definidos neste Termo deverão ser novos e sem utilização anterior, originais e de boa qualidade, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam sua usabilidade, observando rigorosamente as características especificadas, devendo ser apresentados nas embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega.
- 6.9. O fornecimento dos produtos será efetuado de forma parcelada, sem quantidade mínima.
- 6.10. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no Termo de Referência, a remessa do produto apresentado será devolvida ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de 48 horas, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. A licitante deverá apresentar no mínimo um atestado assinado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a mesma forneceu ou está fornecendo o objeto desta licitação, de maneira satisfatória ao que lhe foi contratada.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a). Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b). Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando



08

dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

c). Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da contratação, fixando prazo para a sua correção;

d). Pagar à CONTRATADA o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

e). Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

8.2. São obrigações da CONTRATADA:

a). Fornecer os itens conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

b). Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor do contrato, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

c). Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da entrega do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

d). Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para o fornecimento dos itens;

e). Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

f). Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

g). Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

h). Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

i). Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



09
Folha(s)

- j). Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- k). Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado pela Contratante, de acordo com o quantitativo efetivamente fornecido, através de depósito bancário em conta corrente fornecida pela contratada, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação de requerimento, nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante.

9.2. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será susado, até que sejam tomadas as medidas saneadoras necessárias.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O prazo de validade da ARP será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, tendo sua eficácia a partir da data de publicação do seu extrato no Diário Oficial.

10.2. A gestão da ARP caberá ao MUNICÍPIO DE CAMPESTRE/AL.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. O termo de contrato será substituído por Nota de Empenho e/ou por Ordem de Fornecimento.

11.2. O prazo para a licitante vencedora aceitar ou retirar a Nota de Empenho e /ou por Ordem de Execução é de 05 (cinco) dias, contados da convocação para a sua formalização, podendo ser prorrogado uma só vez, por igual período, nas situações previstas no § 1º do art. 64 da Lei Federal nº. 8.666/93, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da mesma lei.

11.3. Decorridos os prazos acima citados e, não tendo a licitante vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito a contratação independentemente de sujeitar-se às penalidades do art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/2002 e autorizará a Contratante a examinar as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na



ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo esta, declarada vencedora.

12. DA FISCALIZAÇÃO / ACOMPANHAMENTO

12.1. A contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor a ser designado pelo Gestor da Pasta.

12.2. O fiscal da contratação terá, entre outras, as seguintes atribuições:

- a). Expedir ordens de execução;
- b). Acompanhar a entrega dos itens mensurados no Termo de Referência;
- c). Fiscalizar a contratação quanto à qualidade desejada e quantidades solicitadas;
- d). Comunicar à Contratada o descumprimento das obrigações assumidas e solicitar à Administração a aplicação de penalidades cabíveis.
- e). Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- f). Atestar as notas fiscais relativas a prestações dos serviços para efeito de pagamentos;
- g). Solicitar à Contratada e a seu preposto todas as providências necessárias ao bom e fiel cumprimento das obrigações.

13. DO REAJUSTE, DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

13.1. Fica proibido o reajuste do valor durante a vigência da ata.

13.2. Após o período mencionado no "caput", será admitido o reajuste, utilizando-se como base o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo).

13.3. Pode ocorrer a revisão do contrato ou ata, tencionando o reequilíbrio econômico financeiro, desde que haja incidência de fato imprevisível e devidamente justificado, conforme art. 37, XXI, DA CF/88, arts. 57, §§ 1º e 2º, 65, II, "d" e § 6º, todos da Lei n.8666/93.

13.4. A revisão deverá incidir a partir da data em que for protocolado, com fundamento no item anterior, o pedido da contratada.

14. DAS SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:

- 14.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3.** Fraudar na execução do contrato;



- 14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 14.1.6. Não mantiver a proposta;
- 14.1.7. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;
- 14.1.8. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- 14.1.9. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
- 14.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, observado o Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.
- 14.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 14.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.3.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.
- 14.3.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CAMPESTRE – AL, 01 DE NOVEMBRO DE 2022

ERNANDES RODRIGUES MOURA

DIRETOR DE INSPEÇÃO